Assembleia da República
Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 304/62
Classificação
05/01/02
Data
09/03/24

GRUPO PARLAMENTAR

MENCIONE-SE
PUBLIQUE-SE
EXPEÇA-SE
25/3/09

Por determinação de S.E.V.P.A.R. à Sra. Secretária da Mesa
09.03.24

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República

PERGUNTA Nº 1707/X (4ª)

ASSUNTO: PERGUNTA AO SENHOR MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Os signatários são eleitos pelo Círculo Eleitoral da Madeira. São Deputados da Nação, nos termos constitucionais – o que não é incompatível com o dever, que entendem ter os signatários, de prestação de contas aos cidadãos residentes na Região Autónoma da Madeira

Deveres gerais de deputados da Nação e "accountability" face ao seu círculo eleitoral não conflituam. Pelo contrário, devem reforçar-se mutuamente.

É essa atitude que deles esperam tanto aqueles que neles confiaram o seu voto como todos os outros que na Região Autónoma da Madeira participam civicamente na construção da democracia portuguesa.

Nesta linha, os signatários ao longo destes 4 anos de mandato parlamentar suscitaram várias questões ao Governo em matérias com interesse para a Região, em particular:

- Centro Educativo da Madeira
- Outras matérias da Justiça relativas à RAM: consulta 'on line' a bases de dados do Ministério da Justiça, instalações da Polícia Judiciária, obras nos tribunais
- Instalações da PSP na Camacha

Para a opinião pública madeirense, as respostas obtidas oportunamente por parte dos membros do Governo com as tutelas da Justiça e da Administração Interna correspondem a autênticos compromissos. Tais compromissos validam, para a opinião púbica, o apoio dos signatários às políticas do Governo e aos seus Orçamentos do Estado. Compromissos que não podem deixar de ser respeitados – no julgamento que a opinião pública e o eleitorado madeirense fazem do mandato dos signatários e que expressarão nos próximos actos eleitorais.

Nestes termos, aproximando-se o final do mandato dos signatários, cumpre-nos solicitar ao Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares que nos informe do estádio daqueles projectos e daquilo que é possível estimar quanto à sua execução temporal.

MOD 01

Anexam-se os requerimentos feitos pelos signatários sobre as matérias em referência. Sobre o Centro Educativo da Madeira foram feitos vários contactos com os membros do Governo, com a tutela da Justiça, e feitas por estes declarações à Comunicação Social.

Palácio de São Bento, 24 de Março de 2009

Os Deputados

Jacinto Serrão **Maximiano Martins** **Júlia Caré**

CÓPIA

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República

ASSUNTO: PERGUNTA AO SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA SOBRE OBRAS PREVISTAS PARA TRIBUNAIS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

O bom funcionamento das instituições tuteladas pela justiça é da maior importância para o cidadão e para a confiança que ele deposita no Estado de Direito. É também decisivo para aquilo que se designa como "capital social" ou seja para as relações de confiança nos relacionamentos na sociedade – existe evidência de que sociedades prósperas têm, em regra, elevados níveis de capital social.

O funcionamento regular das instituições de justiça pressupõe uma dotação infraestrutural apropriada incluindo instalações físicas adequadas e meios eficazes.

Por estas razões não podem os signatários assistir com indiferença à degradação das condições de funcionamento de alguns tribunais da Região Autónoma da Madeira. É seu dever, no cumprimento do mandato que lhes conferiu os eleitores da Madeira e Porto Santo, convocar o Governo da República às suas responsabilidades nesta matéria.

Assim e nos termos do Regimento da Assembleia da República vêm os signatários, eleitos pelo Círculo Eleitoral da Madeira, solicitar com carácter de URGÊNCIA informação relativa às obras previstas para fazer face ao mau estado de alguns tribunais da Região Autónoma da Madeira.

Palácio de São Bento, 9 de Novembro de 2007

Os Deputados

Jacinto Serrão

Maximiano Martins

Júlia Caré

CÓPIA

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República

ASSUNTO: PERGUNTA AO SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA SOBRE INSTALAÇÕES DA POLÍCIA JUDICIÁRIA NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

O sistema de justiça tem na Polícia Judiciária uma das suas vertentes mais decisivas. Da investigação criminal dependem, num mundo crescentemente globalizado e complexo, o sucesso do funcionamento do sistema e, consequentemente, da confiança dos cidadãos no Estado de Direito Democrático e nas suas instituições.

O funcionamento regular das instituições do Estado – neste caso, da Polícia Judiciária – pressupõe uma dotação infraestrutural apropriada incluindo instalações físicas adequadas e meios eficazes.

Face à degradação das condições de funcionamento das instalações afectas à Polícia Judiciárias na Região Autónoma da Madeira, entendem os signatários ser seu dever, no cumprimento do mandato que lhes conferiu os eleitores da Madeira e Porto Santo, sublinhar ao Governo da República as suas responsabilidades nesta matéria.

Assim e nos termos do Regimento da Assembleia da República vêm os signatários, eleitos pelo Círculo Eleitoral da Madeira, solicitar com carácter de URGÊNCIA informação relativa aos planos previstos para fazer face ao mau estado das instalações da Polícia Judiciária na Região Autónoma da Madeira.

Palácio de São Bento, 9 de Novembro de 2007

Os Deputados

Jacinto Serrão

Maximiano Martins

Júlia Caré

CÓPIA

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República

ASSUNTO: PERGUNTA AO SENHOR MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA SOBRE INSTALAÇÕES DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

É inegável o papel que numa sociedade e num Estado de Direito Democrático desempenham as forças de segurança interna. O cidadão comum conta com aquelas forças para que a vida em sociedade decorra com normalidade, com elevados níveis de confiança, com gozo de direitos e garantias, com bons padrões de bem-estar.

A Polícia de Segurança Pública é um destes pilares do sistema de segurança interna. Das suas condições de funcionamento e do desempenho das suas funções depende muito da qualidade da nossa vida democrática.

O funcionamento regular das instituições do Estado – neste caso, da Polícia de Segurança Pública – pressupõe uma dotação infraestrutural apropriada incluindo instalações físicas adequadas e meios eficazes.

Face à degradação das condições de funcionamento das instalações afectas à Polícia de Segurança Pública na Região Autónoma da Madeira, entendem os signatários ser seu dever, no cumprimento do mandato que lhes conferiu os eleitores da Madeira e Porto Santo, sublinhar ao Governo da República as suas responsabilidades nesta matéria.

Entendem os signatários dever merecer a particular atenção do Governo da República a ausência de instalações na zona populosa e socialmente problemática da Camacha. Assim e nos termos do Regimento da Assembleia da República vêm os signatários, eleitos pelo Círculo Eleitoral da Madeira, solicitar com carácter de URGÊNCIA informação relativa aos planos previstos para instalações da Polícia de Segurança Pública na Camacha, na Região Autónoma da Madeira.

Palácio de São Bento, 9 de Novembro de 2007

Os Deputados

Jacinto Serrão

Maximiano Martins

Júlia Caré

CÓPIA

PS
GRUPO PARLAMENTAR

MEMORANDO

ASSUNTO: CENTRO EDUCATIVO DA MADEIRA

Exmo. Senhor Ministro da Justiça:
c/c Senhor Secretário de Estado Adjunto da Justiça.

O presente memorando visa fazer o ponto da situação referente à instalação do Centro Educativo da Madeira, criado pela Portaria nº 102/2008 de 1 de Fevereiro de 2008 e colher junto de V.Exa informações concretas sobre a intenção do Governo em relação a esta matéria, que, como é natural, se reveste de capital importância para a Região Autónoma da Madeira.

Reproduzimos neste memorando o texto de uma carta que enviámos ao Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, em Julho do ano passado, porque consideramos que a informação nela contida ajuda a enquadrar a pertinência desta questão para os Deputados eleitos pela Região Autónoma da Madeira.

Acrescentamos a natural expectativa que a publicação da Portaria acima referida criou em todos os madeirenses e referimos alguma preocupação sentida na Região por um certo clima de alguma criminalidade e comportamentos juvenis com contornos de alguma gravidade, como o recente caso envolvendo imagens divulgadas na Internet e largamente mediatizadas sobre acções ofensivas, praticadas por jovens contra cidadãos.

A criação na Madeira de um Centro Educativo para jovens com percursos de delinquência data já de 1985, conforme informação em anexo, disponibilizada pelos serviços do Senhor Secretário de Estado Adjunto da Justiça, Dr. Conde Rodrigues. Após diversos episódios, neste momento, o edifício já existe, fica situado na freguesia do Santo da Serra, concelho de Santa Cruz. A sua construção foi concluída em finais de

2005, tendo a sua abertura ficado condicionada desde então, quer a manifestas dificuldades de a Região Autónoma, designadamente a Secretaria Regional de Segurança Social, em cooperar com o Instituto de Reinserção Social, quer a limitações impostas ao nível da Administração Pública, no que concerne à abertura de concurso para recrutamento dos recursos humanos necessários ao seu funcionamento. Segundo informações do Senhor Secretário de Estado Adjunto da Justiça, e da Presidente do IRS, Dra. Leonor Furtado, os constrangimentos à entrada em funcionamento do Centro Educativo da Madeira, prendem-se com a impossibilidade de recrutar pessoal para o mesmo, uma vez que o edifício já se encontra apetrechado de equipamentos técnicos, que no momento já acusarão alguma degradação, pelo não uso, comprometendo o investimento feito pelo Estado em tão importante infra-estrutura.

Como Vossa Excelência poderá comprovar junto da documentação inclusa a este dossier, têm sido tomadas várias iniciativas quer de outras forças políticas da região, quer do próprio Secretário de Estado Adjunto da Justiça. Além disso, esta é e tem sido uma bandeira política do PS Madeira nos sucessivos actos eleitorais, porque ao contrário do Governo Regional, para quem esta será uma questão menor, para nós PS, as questões que se prendem com a prevenção, recuperação e integração social de franjas importantes da sociedade, que por vicissitudes várias se encontram em situação de risco, são um assunto prioritário, na boa tradição humanista que caracteriza a nossa acção e responsabilidade política, junto dos que em nós confiaram o voto e a esperança na resolução de problemas difíceis. A prática em relação a esta matéria é enviar os jovens da Madeira com problemas de delinquência para Centros Educativos do Continente, o que poderá comprometer a sua recuperação para a sociedade, dado o afastamento do seu meio envolvente.

Sabemos e compreendemos que as questões orçamentais, as prioridades financeiras, a gestão da coisa pública e do bem comum implicam muitas vezes, estabelecer prioridades. A abertura do Centro Educativo da Madeira tem estado refém dessas prioridades. Mas para nós não é possível continuar a adiar mais, até porque nos escasseiam os argumentos para o justificar. Em nome da ética que está na base da actuação política do nosso Governo, e porque nos aproximamos do fim da legislatura, importa criar as condições para mais uma frente de batalha contra a desigualdade que empurra crianças e jovens para percursos que poderão vir a ser de marginalidade, se não

forem emendados a tempo, com todos os custos pessoais e sociais daí advindos. Até porque a abertura da referida infra-estrutura tem sido sucessivamente adiada desde finais de 2005.

Os Deputados eleitos pela Madeira nas últimas eleições legislativas vêm mais uma vez alertar Vossa Excelência para a necessidade urgente de desenvolver os mecanismos necessários à entrada em funcionamento efectiva do Centro Educativo da Madeira.

Palácio de S. Bento, 18 de Julho de 2008

Os Deputados do Partido Socialista pela Madeira

Maximiano Martins

Mª Júlia Caré

DN-Madeira 15-7-9

Centro Educativo na mesa das negociações

MARTA CAIRES
mcaires@dnoticias.pt

A Direcção-Geral de Reinserção Social e a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais iniciaram ontem as negociações para a entrada em funcionamento do Centro Educativo de Menores. O edifício existe, o centro está criado, mas, para já, ninguém avança prazos para a abertura.

"Digamos que este é um começo". Francisco Jardim Ramos foi lacónico à saída do encontro com a directora-geral da Reinserção Social na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais. Também Leonor Furtado se escusou a fazer comentários ou dar prazos para abertura do Centro Educativo. "Foi uma reunião interessante, os projectos irão chegar aos parceiros dentro em breve".

Gerais, as palavras não adiantaram nada de concreto e, por isso, pouco se sabe do futuro próximo do Centro Educativo que irá funcionar no Santo da Serra, apenas que está em negociações. De momento, continua fechado e os menores sem centro onde possam reorientar comportamentos.

Ontem, Leonor Furtado, que esteve de visita à Região para tratar do Centro Educativo, apresentou cumprimentos ao Representante da República.

Para já, o colégio de menores continua fechado. FOTO ARQUIVO/A. SPÍNOLA

Delinquentes com Centro aberto no próximo ano

O Ministério da Justiça compromete-se com 2007 mas ainda está a "trabalhar nesse sentido"

4/11/06

Sérgio Gouveia, em Lisboa
sgouveia@dnoticias.pt

As portas do Centro Educativo da Madeira deverão ser abertas ao longo do próximo ano. O compromisso foi assumido, ontem, na Assembleia da República, pelo secretário de Estado Adjunto do ministro da Justiça. Foi preciso, contudo, o BE questionar o governante por duas vezes para que o ano da inauguração fosse confirmado.

"O Centro Educativo da Madeira abrirá em 2007 e estamos a trabalhar nesse sentido", esclareceu telegraficamente Conde Rodrigues, mesmo no fim da audição da equipa do ministro da Justiça no âmbito da discussão, ainda na generalidade, do Orçamento do Estado (OE) para o próximo ano.

A 'bloquista' Helena Pinto, constatando que o Centro destinado aos delinquentes madeirenses "está construído e equipado", foi quem obrigou o governante a comprometer-se com uma data. Conde Rodrigues apontou então a entrada em funcionamento para o próximo ano, mas evitando ser mais preciso. Por exemplo, se tem em mente o primeiro ou o segundo semestre.

Uma cautela que poderá ser explicada pelo sucessivo incumprimento das promessas anteriormente feitas em termos de inauguração. As instalações construídas no Santo da Serra estão prontas desde 2005, encontrando-se ainda às moscas – a adjudicação da obra foi feita por 2,5 milhões de euros.

Pela consulta do OE/2007, não é possível encontrar qualquer verba prevista para o Centro Educativo da Madeira. A resposta do secretário de Estado Adjunto do ministro da Justiça pressupõe, no entanto, que a mesma deverá estar acautelada.

As restrições orçamentais têm sido, aliás, a principal razão para o arrastar do assunto. Questões como o recrutamento de pessoal - com o Governo central a encarar a possibilidade de assinar um protocolo com a Região - e de ordem logística encontram-se por definir.

A reivindicação da entrada em funcionamento do Centro Educativo motivou, apenas há dois dias, a aprovação por unanimidade de uma resolução na Assembleia Legislativa da Madeira. O projecto inicial partiu do BE.

No passado mês de Julho, uma delegação do PS foi ao gabinete de Alberto Costa, ministro da Justiça, sensibilizá-lo para a abertura da instituição. À saída da audiência, Jacinto Serrão disse ter a garantia de que tal aconteceria "brevemente", o que traduziu como "até ao fim do ano". Uma tradução que ontem ficou mais uma vez desactualizada.

LUSA/ANTÓNIO COTRIM

O secretário de Estado Adjunto do ministro da Justiça foi obrigado pelo BE a assumir uma data.

17/6/06

Segurança Social gere Centro Educativo do "Santo"

Está em negociação uma dupla tutela entre a Segurança Social e o Instituto de Reinserção de Lisboa

Filipe Gonçalves
fgoncalves@dnoticias.pt

O Centro Educativo do Santo da Serra vai ser gerido pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, através da Segurança Social da Madeira, avançou a RTP Madeira.

A medida acontece porque o Governo Central decidiu encerrar o Instituto de Reinserção Social da Madeira, numa acção que se insere na política de "contenção que passa pelo encerramento ou reconversão de cinco dos 12 centros a funcionar no país na sequência da restruturação e avaliação da eficácia", adiantou o canal estatal.

O despacho governativo assim como a passagem do património do Instituto para a Segurança Social vai emitido dentro de 15 dias, confirmou à RTP Madeira o presidente do conselho de Administração da Segurança Social, Roque Martins.

Já foram encetados contactos entre a Segurança Social e o Instituto de Reinserção de Lisboa para que seja assumida a tutela conjunta do Centro Educativo do "Santo". A ideia "não terá tido resposta favorável" por parte da Segurança Social madeirense. O entrave deveu-se "alegadamente por questões de metodologia de trabalho". No entanto, "as negociações deverão continuar entre as duas entidades", refere a reportagem emitida ontem no telejornal.

ARQUIVO/TERESA GONÇALVES

O Centro Educativo vai estar, em breve, nas mãos da Segurança Social.

Câmara Municipal de Santa Cruz leva mil
entre a próxima segunda-fei

Associadas às comemorações do Dia Mun
promovidas pela Câmara Municip
das freguesias de Gaula,

DN, 10 Junho 2006

Governo da República reconhece importância do Centro Educativo

Inexistência da instituição na RAM leva tribunais a ter mão mais leve

Sérgio Gouveia, em Lisboa
sgouveia@dnoticias.pt

LUSA/ANTÓNIO COTRIM

O secretário de Estado Adjunto do ministro da Justiça considerou, ontem, na Assembleia da República, que é «fundamental» a existência de um Centro Educativo na Madeira. Uma declaração de Conde Rodrigues feita numa altura em que o Governo pondera encerrar, ou adaptar para serviços sociais, metade das instituições de reabilitação dos jovens delinquentes – deverão passar das actuais 12 para meia dúzia.

«Ter um Centro Educativo nos Açores ou ter um Centro Educativo na Madeira é fundamental pela distância», justificou o secretário de Estado durante uma audição na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Os apenas seis jovens madeirenses que neste momento se encontram internados em Elvas contrariam a lógica da tutela nacional para o continente – optar pela concentração para aproveitar melhor os recursos. Mas Conde Rodrigues desconfia que os tribunais ficam muitas vezes por uma simples admoestação devido ao «receio de não haver uma instituição» na RAM.

De qualquer forma, na política que tem a ver com as regiões autónomas, fala mais alto o factor distância relativamente ao restante território. «É para aí que temos de dar uma resposta», insistiu o governante do Terreiro do Paço.

Confrontado com as críticas da oposição sobre o fecho e concentração de instituições de reabilitação por razões economicistas, Conde Rodrigues retorquiu que o Executivo também tem feito investimentos. Exemplificou com os cinco milhões de euros que foram entretanto gastos nos centros educativos da Madeira, Mondego e Vila do Conde.

Só a infra-estrutura da Região, recorde-se, levou metade daquele valor quando foi adjudicada. Cam-

ARQUIVO/MANUEL NICOLAU

Instalações do Santo da Serra ainda com futuro incerto.

Fonte DN

27 Abr 2006

Centro Educativo sem data para abrir

Nova presidente do Instituto de Reinserção Social evita compromissos

Miguel Fernandes Luís
mfluis@dnoticias.pt

A nova equipa directiva do Instituto de Reinserção Social (IRS), presidida por Leonor Furtado, esteve, ontem, no Funchal, mas recusou adiantar qualquer dado sobre a situação do Centro Educativo da Madeira, concluído há algum tempo mas ainda sem funcionar.

Após uma das reuniões realizadas ao longo do dia, no caso com o representante da República, a presidente do IRS furtou-se a quaisquer comentários sobre as instalações do Santo da Serra, destinadas à reinserção de jovens delinquentes. Reconheceu apenas que está a tratar do processo junto das autoridades locais: «Existem umas instalações cuja utilização nós estamos a equacionar com a intervenção das autoridades da Região, porque é indispensável para uma boa utilização daquele equipamento». «O problema da reinserção social não é apenas do Estado, é também da comunidade local. Temos que arranjar aqui pontes de parceria com a comunidade para fazermos uma melhor reinserção social, quer de menores quer de adultos», acrescentou a responsável.

BUSIN
Escolha a melhor So

Ministério tenta que a Região assegure pessoal técnico

Júlia Caré, deputada independente à Assembleia da República eleita pelo PS-M, saiu ontem do gabinete do secretário de Estado Adjunto do ministro da Justiça com uma exigência: «O Centro Educativo da Madeira tem que estar a funcionar até 2007». Um prazo que reflecte alguma tolerância, pois a parlamentar foi informada por Conde Rodrigues do «congelamento imposto» pelo Orçamento do Estado (OE) para este ano.

Perante o condicionalismo, a tutela nacional está a «tentar um protocolo» com a Região, confirma Caré. O Terreiro do Paço, segundo a nossa interlocutora, procura, nomeadamente, que a Madeira possa facultar pessoal técnico - psicólogos, por exemplo. Já houve uma reunião entre as duas partes, mas a mesma foi inconclusiva, revela a deputada independente.

«Se não se conseguir o protocolo, uma das alternativas poderá passar pela contratação a prazo», conjectura. Uma solução que só acabará por resolver o problema através do OE para 2007. E ainda assim será preciso que o Ministério da Justiça obtenha luz verde do Ministério das

Ponto de ordem
Perante a t

Interactividade - v

Luíz Felipe S
em deixar Qu
Mundial?
1. Sim
2. Não
3. Só se quer t
logo na prin
Votar

Finanças.

O apelo de Júlia Caré vai entretanto no sentido de que seja possível «aliar boas vontades». Isto porque há «uma questão social de alta importância que urge resolver».

A deputada tem em mente os seis jovens delinquentes madeirenses que actualmente se encontram em reabilitação no continente. «O Centro Educativo da Madeira evitaria esta situação. É importante que a reinserção dos jovens possa contar com o apoio familiar e uma envolvente afectiva», sublinha.

A obra, adjudicada por 2,5 milhões de euros, já está concluída desde 2005. Com o passar do tempo, a infra-estrutura construída no Santo da Serra corre o risco de se degradar, um alerta que Caré também fez no Terreiro do Paço.

Tais instalações, aliás, foram visitadas em Junho do ano passado por Conde Rodrigues. O secretário de Estado previu, na altura, que a abertura poderia acontecer em Setembro de 2005.

Farmác
Permanente
Portuguesa
Rua João Tavi
Telef.: 291 22
Até às 24 hora
Monumental
Estrada Monu
Telef.: 291 77

Cartoon do dia

«
Voltar

GRUPO PARLAMENTAR

PESSOAL

Exmo. Senhor
Secretário de Estado da Administração Pública

Na sequência do nosso contacto em tempos nos Passos Perdidos da Assembleia da República sobre o CENTRO EDUCATIVO DA MADEIRA vimos expressar o nosso desejo ver entrar em funcionamento aquele centro educativo cujas instalações, como sabe, se encontram concluídas em termos físicos desde Setembro de 2005 – e a degradar-se desde então por via da sua não activação.

Este processo tem uma elevada importância social para a Madeira dado o crescimento da delinquência juvenil e a necessidade de intervenção preventiva e de reabilitação. O próprio Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça reconheceu publicamente (Diário de Notícias da Madeira, em 10 de Junho de 2006) ser "fundamental" ter um centro educativo nas regiões. A razão para este carácter fundamental reside na distância a que se encontram os jovens, quando deslocados para Lisboa ou outros centros educativos do Continente, dos seus meios de origem – o que contraria boas normas de reabilitação e de reintegração de jovens com algum historial de marginalidade.

Acresce que os centros educativos existentes em Portugal estão em reestruturação. E neste quadro faria sentido reequacionar a instalação e funcionamento urgente daquele CENTRO EDUCATIVO DA MADEIRA.

Importa criar as condições para a selecção / contratação / formação de pessoal para a referida instituição – situação que, segundo o Instituto de Reinserção Social falta operacionalizar. Para o efeito, a acção de V.Exa. é indispensável.

Para nós trata-se de uma questão de elevada importância social e que constitui compromisso moral que assumimos perante a população que nos elegeu.

Com os melhores cumprimentos

Palácio de São Bento, 11 de Outubro de 2006

OS DEPUTADOS

Maria Julia Gomes Henriques Coré

MAXIMIANO MARTINS

Afonso José Taxeira de Freitas